

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.979 - SP (2019/0012990-0)

AGRAVANTE : WALIDE IMOVEIS LTDA
ADVOGADOS : SETIMIO SALERNO MIGUEL - SP067543
DANIEL ARRUDA - SP021050
MARCO AURÉLIO GILBERTI FILHO - SP112010
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE FRANCA
PROCURADORE : ALINE PETRUCI CAMARGO MONTEIRO - SP185587
S
GEISLA FÁBIA PINTO E OUTRO(S) - SP289337
AGRAVADO : OS MESMOS
AGRAVADO : AUTOVIAS S/A
ADVOGADOS : MARINA FICHER COLELA - SP339113
GUILHERME VELLONI BENELLI - SP379949

DECISÃO

WALIDÊ IMÓVEIS LTDA ajuizou ação de desapropriação indireta contra o Município de Franca/SP e a AUTOVIAS S/A, objetivando a condenação dos réus ao pagamento da justa quantia pela expropriação de parte de imóveis rurais de sua propriedade, correspondente à 7.440,90m² (sete mil, quatrocentos e quarenta metros e noventa centímetros quadrados), da matrícula 39.132, do 1º CRIA local, e área de 245,25m² (duzentos e quarenta e cinco metros e vinte e cinco centímetros quadrados), da matrícula n. 7.643, também do 1º CRIA local), apossados para execução de obras de abertura de avenida marginal às margens da Rodovia Estadual Engenheiro.

O Tribunal de Justiça Estadual deu parcial provimento ao recurso de apelação da sociedade empresária para reduzir a verba honorária advocatícia, fixando-a em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mantendo a parte dispositiva da decisão monocrática que julgou extinta a ação, com o exame do mérito, em decorrência da prescrição operada com o transcurso do lapso temporal superior a dez anos (fls. 422-428), nos termos da seguinte ementa (fls. 546-547):

APELAÇÃO DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA Cerceamento de defesa Inocorrência - Prescrição Inocorrência Não remanescendo qualquer controvérsia fática a respeito do termo inicial do apossamento da área discriminada na exordial, afigura- se desnecessária e, até mesmo, meramente protelatória a dilação probatória requerida - Conquanto a autora inove em sede de apelação, sustentando que somente em meados de 2002 foi apresentado o projeto de implantação das vias marginais, açambarcando a área descrita na peça vestibular, restou incontroverso nos autos que a imissão na posse para o fim de executar as obras de abertura da via pública se deu em 04.05.1998, consoante termo de autorização colacionado - A própria autora afirmou, na petição inicial, que a Administração Pública local “acabou por simplesmente

Superior Tribunal de Justiça

apossar-se administrativamente de parte dos terrenos supra descritos, da ora suplicante, imitando-se na posse da área naquela data de 04/maio/1998 e conforme está explicitado no citado TERMO DE AUTORIZAÇÃO, lá estabelecendo a citada avenida marginal, asfaltando-a e colocando-a à disposição dos munícipes, sem, contudo, legalmente desapropriar o bem imóvel de propriedade da suplicante e nem pagar, previamente, o justo preço como determina a Constituição Federal pátria em vigor” Quando da entrada em vigor do CC/2002, não havia transcorrido mais da metade do prazo prescricional vintenário estabelecido no CC/1916, incidindo a regra de transição prevista no artigo 2.028 do CC/2002 - Como o objetivo da ocupação da área pela Administração Pública local teve inegável finalidade pública e social, o prazo de prescrição da pretensão condenatória é decenal, a contar da entrada em vigor do CC/2002 (janeiro de 2003) - Prescrição da pretensão indenizatória que já havia se consumado por ocasião da propositura desta ação, em 13.02.2014 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS Redução Possibilidade Ainda que seja aplicado o percentual mínimo estampado no inciso II do § 3º do artigo 85 do CPC/2015 (8%), isso importaria a fixação da honorária em montante muito elevado, superior a R\$ 100.000,00, o que não se coaduna com a singeleza da demanda (para cujo desate não foi necessária dilação probatória, desaguando, ao final, no reconhecimento da prescrição da pretensão manejada) e vai de encontro aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de atentar contra o princípio geral do direito que veda o enriquecimento sem causa - A aplicação do ordenamento jurídico não deve se prestar a fim diametralmente oposto aquele para o qual foi concebido, de sorte que a incidência das normas do artigo 85 do CPC/2015 visa a assegurar que os procuradores recebam remuneração consentânea com o grau de complexidade da causa em que atuam, não podendo servir, à obviedade, como fator de enriquecimento sem causa Inteligência do artigo 8º do CPC/2015 - Excepcionalidade da situação que reclama o arbitramento da verba honorária por equidade, na exata medida em que a fixação entre os percentuais estabelecidos pelo artigo 85, § 3º, II, do CPC/2015 implicaria remuneração exorbitante, manifestamente desproporcional à complexidade da causa e ao trabalho exigido do patrono do vencedor - Cabível a redução da verba honorária para R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em atenção ao previsto no § 8º do artigo 85 do CPC/2015 Sentença parcialmente reformada - Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, foram os da AUTOVIA S/A acolhidos para esclarecer que os honorários sucumbenciais serão divididos a meio pelos patronos das partes rés, e os do Walidê Imóveis Ltda e da municipalidade rejeitados (fls. 626-627 e fls. 648-651).

Walidê Imóveis Ltda interpôs recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, no qual aponta malferimento, pelo aresto vergastado, ao art. 2.029 do Código Civil, porquanto, em apertada síntese, o termo inicial da prescrição começou com a entrada em vigor do Novo Código Civil em janeiro de 2003, e o termo final, de acordo com a regra incerta no artigo 2.029 do CC só ocorreu em janeiro de 2015 (10 anos do artigo 1.238, parágrafo único e mais 2 anos do artigo 2.029), de forma que não se operou a prescrição da pretensão indenizatória, tendo em

Superior Tribunal de Justiça

vista o ajuizamento da ação em 13/02/2014.

Alega, ainda, dissídio jurisprudencial entre o aresto vergastado e julgados desta Corte Superior relacionados à questão.

Município de Franca/SP também interpôs recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, alegando violação do art. 85, §§ 2º e 3º, II, do CPC de 2015, visto que, em suma, o montante fixado a título de honorários advocatícios deve respeitar o percentual de 10% (dez por cento), a uma, porque o legislador tratou de limitar a fixação dos valores quando a Fazenda Pública for parte, a duas, porque o aresto vergastado não pode fixar valor inferior ao estabelecido em lei.

Ofertadas contrarrazões às fls. 739-754, o recurso especial teve o seguimento negado pelo Tribunal *a quo* (fls. 755-756), tendo sido interposto os presentes agravos.

É o relatório. Decido.

Preliminarmente, verifica-se que a questão central abordada no recurso especial da sociedade empresária Walidê Imóveis Ltda está relacionada ao prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza pública ou de interesse social ao imóvel expropriado, se de 15 (quinze) anos, previsto no caput do art. 1.238 do Código Civil, ou de 10 (dez) anos, nos termos do parágrafo único do mesmo dispositivo.

A respeito do tema, forçoso esclarecer que o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar a matéria tratada nos Recursos Especiais n. 1.757.352/SC e 1.757.385/SC, sob a relatoria do Ministro Herman Benjamin, selecionados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina como representativos da controvérsia, decidiu pela afetação da matéria debatida (Tema 1019/STJ), com o sobrestamento dos recursos excepcionais que versem sobre a definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, nos casos em que o Poder Público realiza obras no local ou atribui natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel.

Confira-se a ementa do julgado:

RECURSOS ESPECIAIS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA. RITO DOS ARTIGOS 1.036 E SEQUINTE DO CPC/2015. RESP 1.757.385/SC E RESP 1.757.352/SC. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. IMÓVEL LOCALIZADO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIA. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E REALIZAÇÃO DE OBRAS NO LOCAL. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO PRAZO DE 15

Superior Tribunal de Justiça

ANOS PREVISTO NO CAPUT DO ART. 1.238 DO CC OU DE 10 ANOS DO SEU PARÁGRAFO ÚNICO. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE AFETAÇÃO À PRIMEIRA SEÇÃO. ADMISSÃO.

1. Admitida a afetação com a seguinte delimitação da tese controvertida: "Definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel, se de 15 anos, previsto no caput do art. 1.238 do CC, ou de 10 anos, nos termos do parágrafo único".

2. Recursos Especiais submetidos ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC (ProAfr no REsp 1757385/SC, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO Julgamento em 25/06/2019, DJe 01/08/2019).

Encontrando-se o tema afetado à sistemática dos recursos repetitivos, é orientação desta Corte Superior que os recursos que tratam da mesma controvérsia aguardem o julgamento do paradigma representativo no Tribunal de origem, de modo a viabilizar, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelo art. 1.040 do CPC de 2015.

Desse modo, consoante o estabelecido na parte dispositiva do referido acórdão (letra “b”), necessário se faz determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para aguardar a solução definitiva da controvérsia pela Primeira Seção do STJ, pelo que, ainda, resta prejudicada, por enquanto, a análise do recurso especial da municipalidade.

Ante o exposto, em observância ao art. 1.040 do CPC/2015, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do *decisum* com a definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel: *a*) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou *b*) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; *c*) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 15 de agosto de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

